

Coordenação e elaboração de texto: Mariana Marques e
Christiane Costa

Colaboração: Juliana Sicoli e Edie
Pinheiro

Revisão ortográfica: Cecília Figueiredo

Projeto gráfico, editoração e capa: Ivan Ribeiro

Apoio: CCFD- Comité
Catholique Contre La
Faim et Pour le
Développement

Impressão: Gráfica Peres

Fotolito: A jato

Implementação de
Centros de Referência Local
em **S**egurança **A**limentar
e **N**utricional

Implementação de
Centros de Referência Local
em **S**egurança **A**limentar
e **N**utricional

Mariana Marques
Christiane Costa

1.	A construção de uma política pública local de Segurança Alimentar e Nutricional	2
1.1	Breve histórico da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil	3
1.2	O circuito do alimento e as diretrizes de uma política pública local de SAN	8
1.3	Um sistema de Segurança Alimentar e Nutricional e a contribuição do CRSAN	18
1.4	Os espaços de decisão e participação da SAN	19
2.	A experiência-piloto desenvolvida na subprefeitura do Butantã	21
3.	O que é um Centro de Referência Local em Segurança Alimentar e Nutricional	23
4.	Como implementar um Centro de Referência Local em SAN?	24
4.1	A mobilização e organização das parcerias	24
4.2	Organização da rede de Segurança Alimentar e Nutricional	26
4.3	Organização do fluxo de informação e ações desenvolvidas pela sociedade civil, técnicos do poder público e universidades, visando a proteção social de famílias em situação de risco	30
4.4	A cozinha-escola: local de reunião, cursos, encontros do CRSAN	32
4.5	Participação e formação cidadã	33
5.	Desafios e possibilidades	35

1. A construção de uma política pública local de Segurança Alimentar e Nutricional

“Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de



saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam social, econômica e ambientalmente sustentáveis”.
(II Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, março 2004).

1.1 Breve histórico da Segurança Alimentar e Nutricional no Brasil

É impossível falar da fome e da segurança alimentar e nutricional no Brasil sem mencionar a valiosa contribuição de Josué de Castro. Ainda em 1932, o médico pernambucano elaborou a pesquisa “Condições de Vida das Classes Operárias do Recife” *, pela qual pôde constatar a gravidade dos efeitos da fome. Na busca de estabelecer a relação direta entre o valor do salário e a capacidade de compra do trabalhador, foram entrevistadas 850 famílias e constatou-se que o gasto com alimentação era de 69% a 74% da renda mensal dos entrevistados.

Em 1946, o cientista elaborou o primeiro mapa da fome no Brasil; dividiu o país em cinco regiões: o Norte e Nordeste de famintos e Sul, Sudeste e Centro-Oeste de subnutridos.

Josué de Castro foi o primeiro latino-americano eleito presidente da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), cargo que ocupou por dois mandatos (1952 e 1956). Em 1957 fundou a Associação Mundial da Luta contra a Fome (Ascofam), primeira entidade criada para esse fim com abrangência internacional. Caçado pelo regime militar em abril de 1964, o cientista brasileiro radicou-se na França, onde morreu em 1973. Seus livros “Geografia da Fome” (1946) e “Geopolítica da Fome” (1951) foram traduzidos para mais de 20 idiomas.

*Condições de vida das classes operárias do Recife. Recife: Imprensa Industrial, 1932. Primeiro inquérito do gênero realizado no país, onde são estabelecidas relações diretas entre a produtividade do trabalhador e sua alimentação, bem como são examinadas suas condições de vida, seu tipo de moradia e seu salário.

Ainda que se tenha registro de eventos significativos na luta contra a fome nas décadas seguintes, os anos 90 concentraram a maior mobilização da sociedade em torno do tema:

☉ 1992 - O Movimento pela Ética na Política foi o embrião da *Ação da Cidadania contra a Miséria, a Fome e pela Vida*, liderada por Herbert de Souza, o Betinho. Com a bandeira “A fome não pode esperar”, a campanha deu visibilidade à existência de 32 milhões de miseráveis - nos campos e nas cidades – e mobilizou brasileiros nos cinco mil



comitês organizados pela sociedade civil em todo o País.

☉ 1993 – Respondendo a ampla mobilização da sociedade civil, o governo federal divulgou o Plano de Combate à Fome e à Miséria, e instalou o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea).

☉ 1994 – A Primeira Conferência Nacional de SAN, com ampla participação da sociedade civil, reuniu dois mil delegados em Brasília, escolhidos em conferências municipais e estaduais. Paradoxalmente, neste mesmo ano, foi extinto o Consea e, assim, retirado o destaque que havia

adquirido o tema; inaugurou-se um processo de desmonte dos programas relacionados à segurança alimentar, concretizado nos governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-98 e 1999-2002).

☪ 1996 - Apesar dos encaminhamentos do governo federal, o Brasil levou a maior delegação de fora da Europa para a Cúpula Mundial de Alimentação, em Roma. Indignados com os resultados da Cúpula, representantes de ONGs e movimentos sociais decidiram organizar um grupo de trabalho para dar continuidade à mobilização social em torno da luta contra a fome.

☪ 1998 – Foi criado o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), durante encontro realizado em São Paulo, que reuniu cerca de 50 entidades.

☪ 1998/2003 - Impulsionadas pelo FBSAN, diversas ações sucederam-se nas esferas de governos estaduais e organizações da sociedade civil, inserindo o debate na pauta de entidades sindicais, sociais (Pastorais da Criança e da Terra), movimentos populares e universidades.

☪ 2003 - Com a vitória do presidente Lula, o tema da fome foi retomado como prioridade governamental. O Programa Fome Zero ganhou projeção mundial e foi apresentado como caminho para a construção de uma Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, capaz de erradicar a fome e a exclusão social. O objetivo é desenvolver uma política intersetorial, com participação cidadã.

☪ 2004 - O Consea foi reativado e em março foi realizada a Segunda Conferência Nacional de SAN, em Olinda, reunindo delegados eleitos nas conferências municipais e estaduais de SAN. O conjunto das propostas aprovadas reafirmou os seguintes princípios:

1 °Adotar a ótica do direito humano à alimentação saudável, colocando a SAN como objetivo estratégico e permanente associado à soberania alimentar;

2 °Assegurar o acesso universal e permanente a alimentos de qualidade, prioritariamente, por meio da geração de trabalho e renda e contemplando ações educativas;

3 °Buscar a transversalidade das ações, por intermédio de planos articulados intersetorialmente e com participação social;



4 °Respeitar a equidade étnica e de gênero, como reconhecimento da diversidade e valorização das culturas alimentares;

5 °Promover a agricultura familiar baseada na agroecologia, em conexão com o uso sustentável dos recursos naturais e com a proteção do meio ambiente;

6 °Reconhecer a água potável como alimento essencial e patrimônio público.

Embora o Brasil seja um dos maiores produtores de alimentos do mundo, grande parte da população não tem acesso a alimentos indispensáveis à sobrevivência. Ainda que a fome e a desnutrição sejam seus resultados mais perversos e injustos, a insegurança alimentar possui diversas expressões em nosso país, tais como a obesidade, o sobrepeso e as doenças relacionadas à alimentação inadequada e à baixa qualidade dos alimentos.

São também questões relacionadas à SAN: a implementação de políticas de regulação de preços dos alimentos, o combate ao desperdício de alimentos e aos modelos de produção que degradam o meio ambiente e excluem os agricultores familiares, incentivando a exportação ao invés de estimular a criação de circuitos regionais de produção, distribuição e comercialização.

Aos problemas gerais apontados associam-se outros específicos de acordo com as diferentes regiões, como a Amazônia, o semi-árido, as regiões metropolitanas, os municípios rurais, etc.

Procure identificar e discutir com sua comunidade os principais problemas de insegurança alimentar de sua região.

1.2 O circuito do alimento e as diretrizes de uma política pública local de SAN

Geralmente, antes de chegar às feiras, sacolões, mercados e supermercados, onde são adquiridos pelos consumidores, os alimentos percorrem um longo trajeto. Esse percurso, chamado de circuito do alimento, é iniciado pela produção, passa pela distribuição e abastecimento alimentar, educação alimentar e, finalmente, o consumo.



Exemplo 1: A cenoura, produzida pelos pequenos agricultores da região de Parelheiros, é levada ao Ceagesp, comprada pelo proprietário do sacolão de Parelheiros e colocada à venda aos moradores da região, por um preço bem superior ao vendido inicialmente pelos agricultores.

Exemplo 2: A cenoura, colhida pelos pequenos produtores da região de Parelheiros, é levada ao Ceagesp, comprada pela Cica, que a processa na seleta de legumes, distribuída aos supermercados e adquirida pela prefeitura para ser utilizada na merenda escolar.

A revisão do circuito do alimento, nos dois exemplos anteriores, nos ajudará a ilustrar o potencial de uma política local de SAN, comprometida com a realização do direito humano à alimentação.

As principais diretrizes de uma política local de SAN são:

A) Produção de alimentos

O Brasil, apesar de ser um dos maiores produtores de alimentos (frutas, café, hortaliças, palmito, soja, etc.) no mundo, privilegia a exportação e os grandes produtores, em detrimento do abastecimento local e regional e da garantia do direito humano à alimentação.

Políticas públicas comprometidas com a SAN - associadas à produção alimentícia - devem garantir o apoio aos pequenos e médios produtores rurais e urbanos e promover iniciativas orientadas para a agregação de valor dos produtos primários – busca da diferenciação e melhoria da qualidade dos produtos. Dessa forma é possível gerar trabalho e criar condições para a maior apropriação da renda dos agricultores familiares, além de ampliar a oferta de alimentos no mercado local e regional. Trata-se de induzir a concorrência e fomentar a disputa por espaços - nacional e internacionalmente - dominados por redes de supermercado e pela indústria alimentar.

Para mudar o atual modelo de produção, priorizando os pequenos e médios produtores e o abastecimento local e regional, é preciso introduzir ações e políticas públicas capazes de promover:

Acesso à terra, mobilizando áreas ociosas para fins de produção e para o assentamento de famílias. Nas áreas urbanas, cabe destacar a prática da agricultura urbana, por meio de hortas comunitárias, escolares e domiciliares, como forma de potencializar o acesso a alimentos de qualidade para o consumo próprio e para promover a educação alimentar;

Acesso ao crédito e a recursos financeiros, que viabilizem a compra de máquinas e equipamentos pelos pequenos e médios produtores;



Melhoria da infra-estrutura no meio rural e urbano, por meio do acesso à água;

Construção ou manutenção de estradas, para incentivar a produção agrícola e facilitar seu transporte;

Assistência técnica, incluindo apoio a formas agroecológicas, que procuram garantir a preservação dos recursos naturais. Cabe ressaltar a

importância da mudança na atuação dos órgãos fiscalizadores e da vigilância sanitária, que devem passar de uma atuação punitiva a ações de capacitação dos pequenos e médios produtores de alimentos e, principalmente, atentar para a qualificação do pequeno varejo;

Qualidade e agregação de valor aos produtos

primários, oferecendo suporte técnico, financeiro e infra-estrutura para melhorar a qualidade e processar a matéria-prima produzida pelos produtores (exemplos: viabilizar a industrialização caseira do leite ou a fabricação de sucos e doces a partir de frutas);

Comercialização, incluindo a criação de feiras e espaços de venda direta da produção oriunda da agricultura familiar, nos equipamentos de abastecimento;

Ampliação de mercados para os produtos da agricultura familiar; destacando-se as compras governamentais de alimentos para utilização em programas e organismos públicos (escolas, hospitais, presídios, restaurantes populares, etc.) e a criação de sistemas de informação regionalizados sobre mercados apropriados aos pequenos produtores;

Apoio para a formação e fortalecimento de associações e cooperativas de produtores;

Atenção especial às mulheres produtoras rurais, fomentando ações de combate à discriminação com a introdução da temática de gênero.

De volta aos nossos dois exemplos:

Se alguns dos aspectos acima citados fossem atendidos, não haveria mais necessidade da cenoura, produzida pelos pequenos produtores de Parelheiros, ser levada ao Ceagesp.

A cenoura poderia ser comercializada diretamente aos moradores, ou mesmo comprada pelo poder público local, para ser incluída na merenda das escolas da região.

Assim, os pequenos agricultores poderiam ampliar



os canais de distribuição de seus produtos, a população teria acesso a um alimento com maior valor nutricional e a um menor custo.

A aproximação produtor-consumidor contribui ainda para estimular a diversidade nos hábitos alimentares regionais e reduzir o desperdício na comercialização e manipulação dos alimentos.

B) Abastecimento alimentar e acesso a uma alimentação de qualidade

As estruturas de abastecimento determinam as condições de acesso da população aos alimentos, interferindo na composição, quantidade, qualidade e custo dos produtos. Logo, ações e políticas públicas associadas ao abastecimento alimentar são fundamentais para uma política local de SAN comprometida com a realização do direito humano à alimentação.



São ações características desse eixo:

Regulação pública do mercado de produtos agroalimentares;

Criação de entrepostos, varejões, sacolões e feiras-livres, promovendo a distribuição dos alimentos produzidos por pequenos e médios empreendimentos rurais e urbanos;

Organização de grupos de compras comunitárias, que contribuam para ampliar o acesso aos alimentos e reduzir seus custos;

Promoção de redes de economia solidária, que favoreçam a comercialização dos alimentos produzidos por associações e cooperativas;

Estímulo à implantação de restaurantes populares, cozinhas ou padarias comunitárias, que promovam o acesso da população urbana a uma alimentação



rica em nutrientes, com baixo custo;

Fiscalização de restaurantes e serviços de alimentação;

Capacitação do pequeno varejo local.

C) Educação alimentar e consumo de alimentos

Como sabemos, o padrão de consumo e os hábitos alimentares no Brasil e no mundo se chocam com as práticas alimentares saudáveis. Tais padrões e hábitos são condicionados pelas formas de produção e acesso aos alimentos e, principalmente, pelas propagandas, que induzem o consumo de alimentos industrializados e de baixo valor nutricional.

Na perspectiva de transformar o padrão de consumo predominante e estimular o consumo de alimentos de qualidade e diversificado é fundamental:



Promover campanhas educativas massivas, que desestimulem os produtos industriais padronizados e promovam o consumo alimentar com maior benefício nutricional;

Inserir elementos educativos nos diversos programas públicos alimentares;

Introduzir elementos educativos nos programas alimentares das entidades sociais;

Estimular a formação dos profissionais que atuam em áreas relacionadas à SAN, especialmente educação e saúde;

Resgatar a diversidade e promover a reeducação alimentar, inclusive por via do aproveitamento integral dos alimentos;



Estimular a resistência aos transgênicos, produtos geneticamente modificados que representam uma ameaça à biodiversidade, à saúde do ser humano, além de reforçar o controle e o lucro das corporações donas do pacote tecnológico necessários à sua produção.

D) Programas alimentares suplementares

As ações e programas desse eixo são dirigidos a grupos populacionais específicos (crianças, gestantes e idosos desnutridos ou em risco de desnutrição) e tem por objetivo suprir as carências alimentares e nutricionais de tais grupos, bem como favorecer uma alimentação adequada.

São ações de caráter focal, predominantemente emergenciais. É o caso da distribuição de cestas básicas, a oferta de refeições prontas e programas de complementação de renda (o cartão alimentação). Contudo, para que sejam efetivos, é fundamental que tais ações e programas focais articulem o caráter assistencial ao estrutural, problematizando os motivos que levam à insegurança alimentar, além de promover a integração das diversas ações governamentais e da sociedade civil, para auxiliar na constituição de uma rede de proteção social.

Entre as ações alimentares contínuas destacamos a alimentação escolar, dirigida às crianças que, muitas vezes, têm na merenda a principal refeição do dia. A merenda pode ser assumida como um importante instrumento de reeducação alimentar se os cardápios incluírem produtos frescos (frutas, legumes e verduras), variados e produzidos regionalmente. Além de universalizar e regularizar a oferta da alimentação escolar é importante capacitar técnicos e merendeiras, fortalecer os Conselhos de Alimentação Escolar e promover a compra de alimentos de pequenos e médios produtores locais.

1.3 Um sistema de Segurança Alimentar e Nutricional e a contribuição do CRSAN

Considerando-se a política de SAN como um conjunto de ações articuladas que visa garantir o direito humano à alimentação, é importante integrar os diversos eixos - produção, distribuição, abastecimento, educação alimentar e consumo - num sistema, com um orçamento único, respeitando a autonomia de cada secretaria, favorecendo o controle social por parte dos conselhos e a participação de grupos sociais organizados.



O CRSAN, além de promover o encontro e o trabalho conjunto entre técnicos do poder público local e entidades sociais atuantes na região, deve estimular o trabalho entre as diversas áreas do poder público como: educação, saúde, abastecimento, assistência social, meio ambiente e participação popular. Denominamos de intersetorialidade os trabalhos conjuntos entre as diversas áreas das nossas prefeituras ou subprefeituras. No caso da Segurança Alimentar ela é muito importante, pois a implementação de uma política local de SAN depende dessas estreitas relações.

1.4 Os espaços de decisão e participação da SAN

Os Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional são espaços de formulação, acompanhamento e avaliação de políticas de SAN. São órgãos consultivos, que devem manter diálogo permanente e assessorar os órgãos do poder executivo (ministérios, secretarias estaduais e secretarias municipais), na elaboração de diretrizes e prioridades que garantam a realização do direito humano à alimentação. São formados por representantes do poder público (1/3) e por representantes da sociedade civil organizada (2/3).

Já os Fóruns de Segurança Alimentar e Nutricional são espaços de articulação da sociedade civil organizada. Entre outras atribuições, estes fóruns devem fomentar a elaboração de ações e políticas públicas de SAN; acompanhar, monitorar e avaliar ações e políticas públicas de SAN; colaborar para a capacitação dos atores da sociedade civil, buscando fortalecer a participação da sociedade nas instâncias de gestão pública relacionadas a SAN, tais como os Conselhos.

A seguir estão descritos os principais espaços de decisão e participação em SAN, por âmbito de atuação:

Em cada uma das 31 subprefeituras de São Paulo:

- Supervisão de SAN (antes Abastecimento), ligada à Coordenadoria de Ação Social e Desenvolvimento, que por sua vez reúne as supervisões de Assistência Social, Esporte e Lazer e Cultura.*
- Centro de Referência local em Segurança Alimentar e Nutricional.*



Em nível municipal:

- Secretaria Municipal de Abastecimento;
- Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Fórum Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional;
- Centro de Referência Local em Segurança Alimentar e Nutricional;

Em nível estadual:

- Secretaria de Estado da Agricultura e Abastecimento;
- Consea;
- Fórum Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional;

Em nível federal:

- Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome;
- Consea Nacional;
- Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSAN), criado ao final de 1998.

2. A experiência-piloto desenvolvida na subprefeitura do Butantã

Este trabalho é resultado de uma experiência-piloto desenvolvida na favela do Jardim Jaqueline, localizada no distrito de Vila Sônia, zona oeste de São Paulo. O Jardim Jaqueline é o maior e mais crítico dos nove bolsões de pobreza na região compreendida pela Subprefeitura do Butantã.

	Jd. Jaqueline	Butantã
Pessoas residentes	10.000	377.575
Tempo médio de estudo dos chefes (em anos)	3.90	9.29
% de chefes alfabetizados	76.05	93.15
% de chefes com renda de até 3 SM	77.48	27.97
% de crianças de 0 a 4 anos	14.4	6.93
% de adolescentes de 15 a 19 anos	10.9	8.85

No início de 2002, o Instituto Pólis, em parceria com técnicos da Subprefeitura do Butantã, entidades sociais locais, equipamentos públicos e universidades, iniciou o projeto do Centro de Referência Local em SAN (CRSAN), com intuito de formular e auxiliar na implementação de uma política pública local de Segurança Alimentar e Nutricional de forma intersetorial e participação cidadã.

Acreditamos que a experiência do CRSAN possa ser estendida a outras subprefeituras de São Paulo, regiões metropolitanas, além de municípios de médio e pequeno porte.

Esta cartilha resulta do esforço de sistematização do trabalho desenvolvido na Subprefeitura do Butantã, desde 2002, e traduz o percurso de diretrizes e possibilidades de ações. Cada município ou subprefeitura deve considerar suas especificidades populacionais, ecológicas e culturais para estruturar seu próprio Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional e promover uma política pública de SAN, que respeite o direito humano à alimentação.



Chamamos de Políticas Públicas os programas de governo, em nível federal, estadual ou municipal, financiados com recursos públicos. Estes programas são a concretização de direitos, por isso é importante que a sociedade civil participe da elaboração, implementação e controle. A partir da ação dos movimentos sociais, emergentes na década de 70, ampliaram-se os canais de participação. Exemplo disso são os Conselhos e o Orçamento Participativo (OP), que se tornaram os principais canais de elaboração, monitoramento e controle desses programas.

3. O que é um Centro de Referência Local em Segurança Alimentar e Nutricional?

É um centro irradiador de atividades e discussões a respeito da Segurança Alimentar e Nutricional e participação cidadã. Neste espaço trabalham poder público e sociedade civil, com o objetivo de formular e implementar uma política local de SAN.

Por isso, o Centro de Referência também é um fórum de Educação Cidadã, que formula e realiza práticas formativas para estimular a participação da comunidade nos espaços públicos de sua região, conhecer e reivindicar os direitos sociais expressos na Constituição de 1988 e participar ativamente na formulação e implementação de políticas públicas locais.

A Constituição de 1988 instituiu uma democracia participativa, onde a população elege seus representantes e também participa diretamente do exercício do poder

4. Como implementar um Centro de Referência Local em SAN?

4.1 A mobilização e organização das parcerias

O CRSAN é uma parceria entre o poder público local (prefeituras ou subprefeituras) e as entidades locais atuantes na região. Neste sentido, o trabalho de



implementação de CRSAN pode ser proposto tanto pelo poder público como pela sociedade civil organizada.

Participam do Centro de Referência os técnicos do poder público local, representantes da educação, saúde, abastecimento, meio ambiente, assistência social; todas as entidades locais e movimentos sociais interessados pelo tema; equipamentos públicos, como escolas, creches, posto de saúde, parques e centros recreativos, além das universidades e outros parceiros dispostos a contribuir com o projeto. A compreensão do papel a ser desempenhado por cada um desses atores:

- 1) evita a sobreposição de ações entre diferentes órgãos do poder público;
- 2) evita a sobreposição de ações entre entidades da sociedade civil;
- 3) permite que as prefeituras ou subprefeituras, com auxílio das entidades locais, identifiquem com maior precisão as vocações e desafios da região;
- 4) possibilita a sociedade civil conhecer o funcionamento do poder público: organograma, orçamento e políticas públicas que incidem sobre a região;
- 5) possibilitam práticas de formação, ao aproximar poder público e comunidade, por meio do debate e explicitação de conflitos.

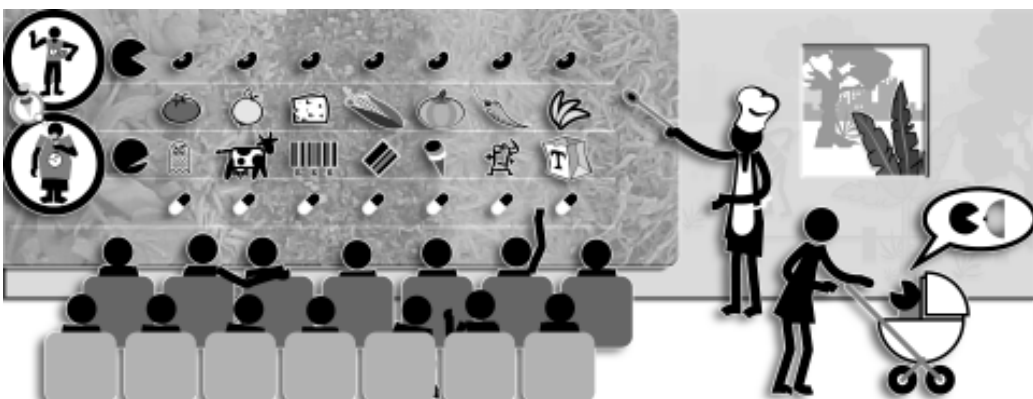
Segurança Alimentar e Nutricional



Centro de Referência
Butantã

4.2 Organização da rede de Segurança Alimentar e Nutricional

Depois de identificados os parceiros do CRSAN, o próximo passo é organizar a rede de SAN, espaço de trabalho, reunião e formação do Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional. É na rede, onde são discutidos os problemas do município ou da subprefeitura, definidas prioridades, propostas de ações



e responsabilidades de cada um dos integrantes.

Para um melhor funcionamento, a rede pode ser organizada em grupos de trabalho, que devem atender demandas da comunidade ou município, contando com a presença de técnicos do poder público e representantes da sociedade civil. Mensalmente, os diferentes grupos de trabalho devem se encontrar para realizar a troca de experiências e informações, avaliar coletivamente o trabalho desenvolvido e estabelecer novas metas.

Segue uma lista com sugestões de temas/problemas frequentes na área da SAN:

☪ ° Diagnóstico e acompanhamento nutricional de crianças e idosos:

Devem integrar este grupo, técnicos da saúde, representantes da Unidade Básica de Saúde (UBS) local, Pastoral da Criança, diretoras e professoras dos equipamentos públicos da região. O diagnóstico de crianças pode ser feito no próprio local de ensino, acompanhado de um trabalho educativo junto aos pais, diretores, professores e merendeiras. É importante que os atores envolvidos aprendam a elaborar o diagnóstico e fazer o acompanhamento das crianças, encaminhando-as ao posto quando necessário.

☪ ° Hortas em pequenos espaços:

Em áreas urbanas, ainda que haja uma escassez de espaços, é possível a promoção de hortas comunitárias. O primeiro passo é realizar o mapeamento participativo das áreas já cultivadas e das áreas em potencial.

Participam desse grupo técnico da secretaria/ coordenadoria do verde e/ou meio ambiente, entidades e movimentos que tenham afinidade com o tema. É recomendável a promoção do debate e cursos.



° Rede de abastecimento local:

Compõem esse grupo: técnicos de abastecimento do poder público local, feirantes, pequenos comerciantes e supermercados. Cabe ao grupo organizar a rede de abastecimento local, inserindo componentes de SAN em suas atividades. Importante destacar o papel dos equipamentos de abastecimento público – a exemplo de varejões e campanhas de safra -, como reguladores de preço do mercado local.

° Cursos e oficinas:

Este grupo reúne representantes das entidades sociais, técnicos de diversas áreas do poder público local, professores das redes pública e privada e educadores populares. Deve estar em diálogo permanente com os demais grupos de trabalho, captando suas necessidades e organizando práticas formativas do CRSAN. Os cursos e oficinas devem refletir e atender demandas do estágio de trabalho, respeitando a cultura local e valorizando o conhecimento popular.



◐ Geração de Renda e Cooperativismo:

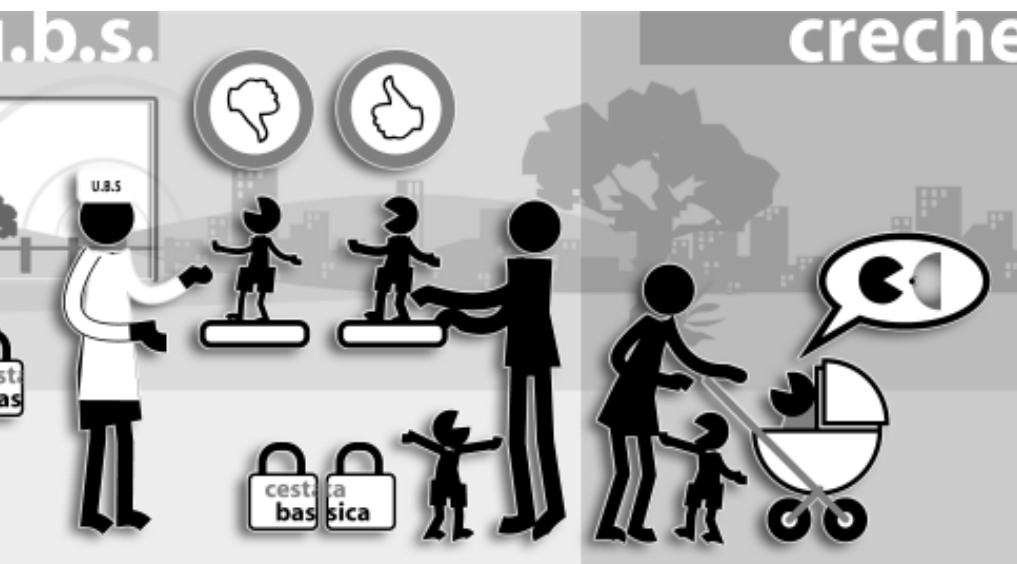
Os cursos de aproveitamento integral de alimentos e pães enriquecidos, disponibilizados pelo CRSAN podem levar à formação de cooperativas de alimentos para abastecimento do comércio varejista local. É preciso organizar um grupo e capacitá-lo em participação cidadã, cooperativismo, valor nutricional de alimentos e cultura alimentar local.



Recomenda-se o trabalho de educação nutricional e alimentação saudável, com o varejo local, para organizar a rede de abastecimento que garanta a aproximação entre a produção e o consumo de alimentos.

4.3 Organização do fluxo de informação e ações desenvolvidas pela sociedade civil, técnicos do poder público e universidades, visando a proteção social de famílias em situação de risco

Esta etapa do trabalho requer o planejamento conjunto entre as entidades sociais e o poder público local.



O planejamento é a etapa final de um processo iniciado pelo mapeamento das entidades sociais que realizam ações relacionadas ao circuito dos alimentos: cultivo e recebimento de alimentos; armazenamento, preparo e distribuição; coleta e transferência de alimentos e avaliação da situação nutricional. O grupo também deve

estar ciente dos programas e equipamentos públicos presentes na região. A presença e associações amigos de bairro na rede possibilita a identificação de famílias não atendidas pelos equipamentos públicos, crianças que estão fora dos equipamentos educacionais, idosos confinados em suas casas pela impossibilidade de locomoção, etc. A atenção às famílias em situação de risco requer a organização de uma rede de atendimento com a presença de técnicos de diferentes áreas de atuação: unidade básica de saúde, diretoras de escolas e creches, assistentes sociais e psicólogos.

As universidades também podem contribuir com a organização da rede, mapeando as ações desenvolvidas pela sociedade civil, por meio de entrevistas, preenchimento de questionários e disponibilizando estagiários para qualificar (inserir componentes de Segurança Alimentar e Nutricional) as ações identificadas.

O planejamento conjunto evita a sobreposição de ações e exige a organização de fluxos de atendimentos e informação. Por exemplo, a pastoral identifica uma criança desnutrida que não está na creche, ela deve ser encaminhada para a Unidade Básica de Saúde e receber o tratamento adequado. Em seguida, as diretoras de escolas devem discutir a creche mais adequada, que disponha de vagas para receber essa criança. Paralelamente, as assistentes sociais integradas na rede devem procurar a família da criança, cadastrando-a, se necessário, em um programa de transferência de renda e convidando-a a participar dos cursos e oficinas oferecidos pelo CRSAN.

4.4 A cozinha-escola: local de reunião, cursos, encontros do CRSAN

A cozinha-escola é o local de reuniões, cursos e encontros do Centro de Referência de Segurança Alimentar e Nutricional, por isso deve estar devidamente equipada. É necessário que a disposição dos equipamentos facilite as aulas práticas de aproveitamento integral dos alimentos, pães enriquecidos e produção de multimistura. É recomendável que haja uma pequena biblioteca e, se houver espaço, uma horta-escola, para estudo e manuseio do solo.



O espaço deve ser bem utilizado, comportando atividades das próprias entidades no preparo de refeições, colheita urbana, produção de multimistura, cursos de reciclagem e atividades de cooperativas de alimento.

4.5 Participação e formação cidadã

As práticas formativas ocupam um importante espaço no trabalho do CRSAN. A qualificação dos técnicos do poder público e entidades sociais é fundamental para estruturar e ampliar o projeto. O melhor aproveitamento das aulas e oficinas depende da participação de todos os integrantes do CRSAN, desde a etapa de elaboração dos conteúdos até a sua execução, além da valorização do conhecimento popular. É possível iniciar a formação com cursos de aproveitamento integral de alimentos e panificação e, em seguida, ampliar e tornar mais complexos os temas e problemas.

Há temas específicos para cada um dos atores integrantes do CRSAN, como a qualificação do varejo local, capacitação das merendeiras que trabalham nos equipamentos educacionais da região e a intersetorialidade para os técnicos dos poder público. Outros formam um conteúdo mínimo: consumo consciente, capacitação em políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional, Segurança Alimentar e Gênero, participação cidadã, estrutura e funcionamento da prefeitura ou subprefeitura.

Os cursos e oficinas, nas quais participam técnicos do poder público e entidades sociais, têm se mostrado uma interessante alternativa para a troca de experiências e compreensão mútua dos problemas e desafios enfrentados pela sociedade civil e a administração. A aproximação e explicitação dos conflitos contribuem para a elaboração da política local de SAN, com participação cidadã. Nessas ocasiões é necessário inserir dinâmicas que possibilitem a expressão de todos, a fala, a troca de diferentes saberes e trajetórias. Este é um importante desafio.

Abaixo, uma série de sugestões de práticas formativas, que podem ser realizadas pelo Centro de Referência:

- ° Aproveitamento integral para entidades locais e para merendeiras;
- ° Panificação (Pães enriquecidos);
- ° Panificação e educação nutricional para crianças;
- ° Capacitação do pequeno varejo;
- ° Capacitação em políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional;
- ° Consumo consciente;
- ° Segurança Alimentar e Gênero;
- ° Agricultura urbana;
- ° Cooperativismo;
- ° Capacitação das entidades para acompanhamento do desenvolvimento nutricional de crianças e idosos;
- ° Planejamento conjunto de atividades de entidades que atuam no mesmo território;
- ° Viabilização de estágios para nutricionistas, agrônomos, economistas, domésticas etc, para possibilitar um vínculo mais estreito entre a comunidade e a universidade.

5. Desafios e possibilidades

A implantação da experiência-piloto tem apresentado os seguintes desafios para o conjunto de técnicos e atores sociais:

- Como demandar prioridade para a política de SAN, junto à administração pública, para além do trabalho dos técnicos envolvidos?
- Como ganhar institucionalidade e orçamento correspondente para implementação e manutenção das atividades do Centro? Onde deve ser localizado o CRSAN, numa secretaria municipal ou junto ao gabinete do subprefeito?
- Ampliar a inserção de componentes de segurança alimentar e nutricional em programas já existentes. No caso do Jardim Jaqueline poderia significar a capacitação de agentes comunitários de saúde em SAN; a inclusão no currículo escolar; qualificação do pequeno varejo; compras diretas; inclusão de equipamento público de abastecimento (varejão), etc.



“ Simplesmente, não posso pensar pelos outros nem para os outros, nem sem os outros”.

(Paulo Freire)

Esta cartilha é fruto do conhecimento produzido coletivamente por todos aqueles, que de alguma forma, participam do CRSAN do Butantã.

Lista das entidades e parceiros:

- Associação assistencial comunitária Jardim Jaqueline
- Associação amigos do Jardim Olímpia (ASAJO)
- Associação moradores Jd Jaqueline II
- Associação moradores Vale da Esperança
- Associação Padre Quirano
- Associação de mulheres Jardim Jaqueline do estado de São Paulo (AMJESP)
- Balneário Mario Moraes
- Casa da Criança e do adolescente Betinho
- Centro de Convivência e Cooperação – Coordenadoria de Saúde subprefeitura do Butantã
- Centro de Educação Infantil Girrasol
- Centro de Educação Ambiental da Previdência -Secretária do Verde subprefeitura Butantã
- Coordenadoria de Alimentação e Suprimento – Secretária Municipal de Abastecimento
- Creche Jd Jaqueline
- EMEI Fernando Pessoa
- FISP – faculdades Integradas São Paulo. Curso de Nutrição
- Grupo de mulheres Jd. Jaqueline
- Instituto Pólis
- Núcleo Sócio Educativo Clarisse Feraz WEY
- Pastoral da Criança
- Supervisão regional de Assistência Social e Desenvolvimento - Coordenadoria Assistência Social e Desenvolvimento subprefeitura do Butantã
- Supervisão de Segurança Alimentar e Nutricional - Coordenadoria Assistência Social e Desenvolvimento subprefeitura do Butantã
- Unidade Básica de Saúde Jardim Jaqueline
- Universidade São Paulo – Faculdade de Saúde Pública. Curso de Nutrição
- Unidade Básica de Saúde Samuel Braisler Pessoa – Coordenadoria de Saúde Subprefeitura do Butantã



PÓLIS

INSTITUTO DE ESTUDOS,
FORMAÇÃO E ACESSORIA
EM POLÍTICAS SOCIAIS